

Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre

Relatório de Investimentos Monte Alegre - PA

Junho /2025

SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

Relatório mensal da carteira de ativos contemplando as rentabilidades auferidas pelo Monte Alegre - PA, mediante aplicações nos bancos e instituições financeiras autorizadas na legislação vigente e na política de investimentos do RPPS.

Sumário

1. CENÁRIO ECONÔMICO	2
1.1 Destaques do mês	2
1.2 Cenário Brasileiro	2
1.3 Cenário Internacional	3
1.4 Bolsa	4
1.5 Projeções	5
1.6 Indicadores Financeiros	5
2. ANÁLISE DA CARTEIRA	6
2.1 Composição da Carteira	6
2.2 Investimentos por Instituição	6
2.3 Carteira x Meta Atuarial	6
Conclusão:	7
2.4 Evolução do Patrimônio (Gráfico)	7
2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)	8
2.6 Análise Comparativa de Ativos	8
2.7 Investimentos/Alocação por Segmento	9
2.8 Informações sobre Análises de Risco	9
2.9 Composição por Indicador	9
3. ENQUADRAMENTO	10
3.1 Enquadramento na Resolução Atual	10
3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual	10
4. MOVIMENTO DETALHADO	13
Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16

SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

1. CENÁRIO ECONÔMICO

1.1 Destaques do mês

O cenário econômico de junho de 2025 foi marcado por uma **complexa interação de fatores geopolíticos, políticas monetárias e desafios fiscais em âmbito global e doméstico**. Internacionalmente, observou-se uma redução temporária das tensões geopolíticas, especialmente no Oriente Médio, que trouxe alívio aos mercados. Contudo, a cautela prevalece devido às incertezas relacionadas à política monetária nos Estados Unidos, impulsionada por preocupações com a inflação e a condução das negociações comerciais. A deterioração das contas públicas americanas e o debate fiscal também se destacam como vetores de incerteza.

No Brasil, o mês foi caracterizado por desafios fiscais persistentes, evidenciados pela **crise do IOF e a forte resistência do Congresso à Medida Provisória 1.303/25**, que visava aumentar a arrecadação. Apesar das turbulências fiscais e da desarticulação política, **o mercado financeiro brasileiro demonstrou resiliência**, com aportes significativos de capital estrangeiro, **máximas históricas na B3 e estabilidade cambial**. A política monetária, com a taxa Selic elevada, sinaliza um compromisso do Banco Central com o combate à inflação, embora as projeções de corte de juros se estendam para o próximo ano. O segundo semestre de 2025 é projetado como um período de transição, com desaceleração econômica e intensificação da polarização política.

O IPCA de junho de 2025 registrou alta de **0,24%**, representando uma leve desaceleração em relação aos 0,26% de maio, mas ficando ligeiramente acima das expectativas do mercado. **No acumulado de 12 meses, a inflação atingiu 5,35%**, mantendo-se acima do teto da **meta de 4,50%**. O principal destaque foi a energia **elétrica residencial, que subiu 2,96%** devido à mudança para a bandeira vermelha patamar 1 e reajustes regionais, contribuindo com 0,12 p.p. para o índice e acumulando 6,93% no semestre - a maior variação para um primeiro semestre desde 2018. Em contrapartida, **o grupo Alimentação e bebidas apresentaram a primeira queda em nove meses (-0,18%)**, impulsionada pela redução nos preços de ovos (-6,58%), arroz (-3,23%) e frutas (-2,22%).

No acumulado do mês, no segmento de renda fixa prefixada, observou-se um desempenho robusto de forma geral, impulsionado pela política monetária firme do Banco Central, que **elevou a taxa Selic para 15% ao ano e sinalizou a intenção de mantê-la nesse patamar por um "período bastante prolongado"**, conforme a ata do COPOM, garantindo retornos atrativos. No entanto, a dinâmica da curva de juros brasileira apresentou nuances neste mês: uma pequena abertura nos vértices curtos e um fechamento nos vértices mais longos. Essa movimentação se refletiu nos resultados, com ativos de menor duration, como o IRF-M 1 (1,06% de variação mensal), apresentando um desempenho inferior em comparação aos de maior duration, como o IRF-M 1+ (2,09% de variação mensal), que se beneficiaram do fechamento da ponta longa. A atratividade geral da renda fixa também foi complementada pelo CDI, que rendeu 1,10% no mês.

Os títulos atrelados à inflação foram majoritariamente positivos (IMA-B 5+: 1,86%), mas com alguns resultados mais contidos (IDKA IPCA 2A: 0,25%). Isso se deve às projeções de inflação em queda, com casas de análise revisando estimativas para baixo, reflexo da apreciação cambial e moderação nos preços ao atacado.

A renda variável doméstica teve um mês positivo (**IBOVESPA: 1,33%; DIVIDENDOS: 1,76%**). Essa resiliência, apesar das turbulências fiscais (IOF e MP 1.303/25), foi sustentada por aportes de capital estrangeiro e máximas históricas na B3, indicando percepção de estabilidade cambial e compromisso do BC com a inflação.

Os investimentos no exterior brilharam (**S&P 500: 4,96%; BDRs: 1,55%**), beneficiados pela redução temporária das tensões geopolíticas e pela expectativa de cortes de juros do Federal Reserve, que favoreceu o fluxo para outros mercados e enfraqueceu o dólar.

1.2 Cenário Brasileiro

A economia brasileira em junho de 2025 foi significativamente influenciada pela atual crise do Imposto sobre Operações

Financeiras (IOF), inserida no contexto do novo arcabouço fiscal aprovado em 2023. Este arcabouço estabeleceu metas de resultado primário com o objetivo de proporcionar maior previsibilidade ao crescimento dos gastos e estabilidade à dívida pública. No entanto, a capacidade do governo de cumprir essas metas foi superestimada, levando a uma mudança na meta fiscal em abril de 2024, o que gerou elevada volatilidade no mercado. A proposta de contenção de gastos apresentada no final de 2024 frustrou as expectativas, sendo afetada pela percepção negativa em relação à perda de arrecadação decorrente da reforma do Imposto de Renda.

Em 2025, com o objetivo de zerar o déficit primário, foi anunciada uma contenção de gastos de R\$ 31 bilhões, valor que superou as expectativas e foi percebido como um ajuste positivo. Contudo, a apresentação simultânea de uma Medida Provisória (MP) elevando as alíquotas do IOF provocou forte reação negativa no Congresso e nos setores produtivos. Diante da resistência, o Executivo recuou da proposta inicial e apresentou a MP 1.303/25, que propunha a elevação de impostos sobre instrumentos financeiros isentos, a unificação da alíquota sobre ganhos de capital em 17,5%, e aumentos nas alíquotas de Juros sobre Capital Próprio (JCP), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e apostas esportivas.

Em 25 de junho, o Congresso aprovou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que sustou os efeitos da nova MP, evidenciando um agravamento da desarticulação política. Em resposta, o governo acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) no início de julho, contestando a decisão legislativa. A MP 1.303/2025 continua enfrentando forte resistência e a perspectiva é de que não seja aprovada. A perda de receita estimada com a não aprovação da MP é de aproximadamente R\$ 12 bilhões em 2025, o que obriga o Executivo a considerar uma contenção adicional de R\$ 10 bilhões ainda neste ano. O governo também busca receitas extraordinárias por meio de leilões de áreas do pré-sal, uso do Fundo Social e dividendos de estatais, soluções consideradas paliativas e que não resolvem a fragilidade estrutural. A combinação do aumento das despesas obrigatórias, a perda de arrecadação e o crescimento moderado do PIB amplia o risco de descumprimento das metas do novo arcabouço fiscal em 2026, elevando a probabilidade de uma nova revisão no próximo ano.

Em relação à política monetária, na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 15% ao ano, adotando um tom firme. A ata da reunião destacou que as medidas subjacentes de inflação permanecem acima da meta por vários meses, as expectativas para horizontes mais longos seguem desancoradas, e o hiato do produto ainda é positivo. Diante desse cenário, o Banco Central reforçou o compromisso de manter a política monetária em território contracionista por um período prolongado.

A economia brasileira deve desacelerar de forma mais perceptível no segundo semestre de 2025, refletindo os efeitos defasados da política monetária, o aumento da incerteza fiscal e a continuidade das dificuldades políticas. A taxa de crescimento prevista para o período é modesta. O impasse em torno da agenda fiscal ainda não foi resolvido, e outras agendas, como a reforma do Imposto de Renda, precedem o calendário eleitoral. A partir do quarto trimestre de 2025, as definições partidárias, federações e candidaturas devem começar a tomar forma, ampliando o nível de incerteza no debate político. A tendência é de um ambiente mais polarizado à medida que o quarto trimestre se aproxima, com impacto direto sobre a articulação legislativa e a condução das políticas econômicas. O segundo semestre de 2025 será uma ponte entre a tentativa de estabilização macroeconômica e os desafios de 2026, ano de eleições presidenciais e governamentais.

1.3 Cenário Internacional

O cenário internacional em junho de 2025 foi marcado por uma redução temporária das tensões geopolíticas. O anúncio de um cessar-fogo, ainda que frágil, entre Irã e Israel, trouxe algum alívio aos mercados, especialmente nas expectativas de curto prazo para os preços do petróleo e a estabilidade regional. Esta trégua contribuiu para reduzir a aversão ao risco, evitando uma busca por dólares e ativos mais seguros, o que manteve o dólar enfraquecido e favoreceu o fluxo para outros mercados.

As questões geopolíticas, no entanto, continuam no radar dos mercados. O acompanhamento dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, entre Ucrânia e Rússia, e as tensões entre China e Taiwan, além das declarações dos Estados Unidos em relação a outros países, permanece fundamental. Embora a antecipação dos impactos específicos de cada evento seja praticamente impossível, a observação dos movimentos prévios e dos sinais que antecedem mudanças significativas é crucial. Em resposta a esse novo cenário global, várias nações iniciaram planos para reaquecer suas indústrias bélica e de

infraestrutura, elevando os gastos públicos. A União Europeia, por exemplo, anunciou um pacote de € 800 bilhões voltado à defesa e à segurança do bloco.

Em relação aos Estados Unidos, apesar da inflação estar próxima à meta, o banco central norte-americano (Fed) continua preocupado com os efeitos das novas tarifas comerciais sobre a inflação nos próximos meses. Embora ainda não se reflitam com grande relevância nos índices de preços, essas tarifas já pressionam as cadeias produtivas e tendem a impactar os custos ao longo do segundo semestre. Esse efeito de segunda rodada sobre a inflação deve levar o Fed a adotar uma postura mais cautelosa. Recentemente, diversos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) sinalizaram a possibilidade de retorno dos cortes de juros. No entanto, o presidente do Fed, Jerome Powell, tem adotado um tom mais cauteloso em suas declarações, buscando evitar ruídos desnecessários nos mercados. A expectativa é que o ciclo de cortes tenha início em dezembro, uma vez que a inflação deve ganhar força na segunda metade do ano. Além disso, a resiliência do mercado de trabalho permite que o banco central evite pressa.

A melhora recente da inflação aumentou a pressão da Casa Branca sobre Jerome Powell para que inicie o ciclo de afrouxamento monetário. A grande incerteza para os próximos meses gira em torno das especulações de que o presidente dos EUA, Donald Trump, poderá anunciar, ainda neste ano, sua indicação para o próximo presidente do Fed, antecipando uma decisão que tradicionalmente ocorre apenas no ano da substituição. O risco reside na interferência política, caso o futuro presidente adote um discurso que pressione publicamente a atual gestão. O mandato atual de Powell termina em maio de 2026, e qualquer sinalização fora do padrão pode aumentar a aversão ao risco dos investidores e influenciar o comportamento dos mercados.

Com relação à guerra comercial, os acordos firmados entre os EUA e outros países, que estabeleceram um período de 90 dias para negociações bilaterais, irão se encerrar em julho e em meados de agosto. Alguns acordos foram firmados com o Reino Unido e o Vietnã, mas foram sinalizadas dificuldades com outros, como o Japão. O presidente dos EUA declarou que não pretende postergar os prazos, pressionando os demais. A possibilidade de adoção de novas tarifas ou a ampliação de barreiras comerciais eleva a incerteza para empresas e investidores, sobretudo em setores sensíveis como tecnologia, semicondutores, siderurgia e agronegócio. O desfecho dessas negociações pode gerar reações imediatas nos mercados financeiros e influenciar diretamente a trajetória da inflação e da atividade econômica no segundo semestre.

Por fim, a aprovação de um novo pacote de estímulos fiscais pelo Congresso reacendeu o debate sobre a trajetória da dívida pública dos EUA. A recente deterioração das contas públicas levou agências de classificação de risco a rebaixarem a nota de crédito do país. O pacote prevê a extensão permanente dos cortes de impostos estabelecidos no Tax Cuts and Jobs Act (2017), além de novas isenções fiscais para gorjetas, horas extras e aposentadorias. Também inclui a elevação do teto da dívida, o aumento dos gastos com defesa e imigração e a redução de despesas em programas sociais, como o Medicaid e os cupons de alimentação. Segundo o Escritório de Orçamento do Congresso (CBO), as medidas podem ampliar o déficit em cerca de US\$ 3,3 trilhões ao longo dos próximos 10 anos. Outros órgãos projetam que a relação dívida/PIB poderá alcançar 130% nesse mesmo período. A elevação dos prêmios de risco nos títulos de longo prazo também reflete a crescente preocupação dos investidores com a capacidade do governo de equilibrar as contas públicas. Em resumo, o debate fiscal, a condução da política monetária e a agenda de negociações comerciais bilaterais devem se consolidar como os principais vetores de incerteza ao longo do segundo semestre.

1.4 Bolsa

Apesar do impasse fiscal no Brasil, os investidores estrangeiros mantiveram os aportes no país. Em 2025, o fluxo de capital externo na B3 somou mais de R\$ 26 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões apenas nos últimos 60 dias. O Ibovespa e o IFIX alcançaram suas máximas históricas, enquanto a taxa de câmbio real-dólar se aproximou de R\$ 5,40, patamar não registrado desde setembro de 2024.

O país está bem-posicionado para receber o capital estrangeiro por conta do elevado diferencial de juros a favor do Brasil, do valuation atrativo das empresas, que estão apresentando bons resultados, e da estabilidade cambial observada nas últimas semanas. Outro fator que contribuiu para o bom desempenho dos ativos brasileiros foi o encerramento do ciclo de alta da taxa Selic. Esse movimento tende a aumentar o apetite ao risco e estimular o fluxo de recursos para a renda variável.

No cenário base, projeta-se o início de cortes de juros entre o final do primeiro trimestre de 2026 e o início do segundo trimestre de 2026. No entanto, o mercado costuma antecipar esses movimentos, podendo precificar a redução da Selic antes mesmo de sua implementação. Caso o ambiente permaneça estável, esse fator pode se tornar um importante gatilho para a valorização do Ibovespa.

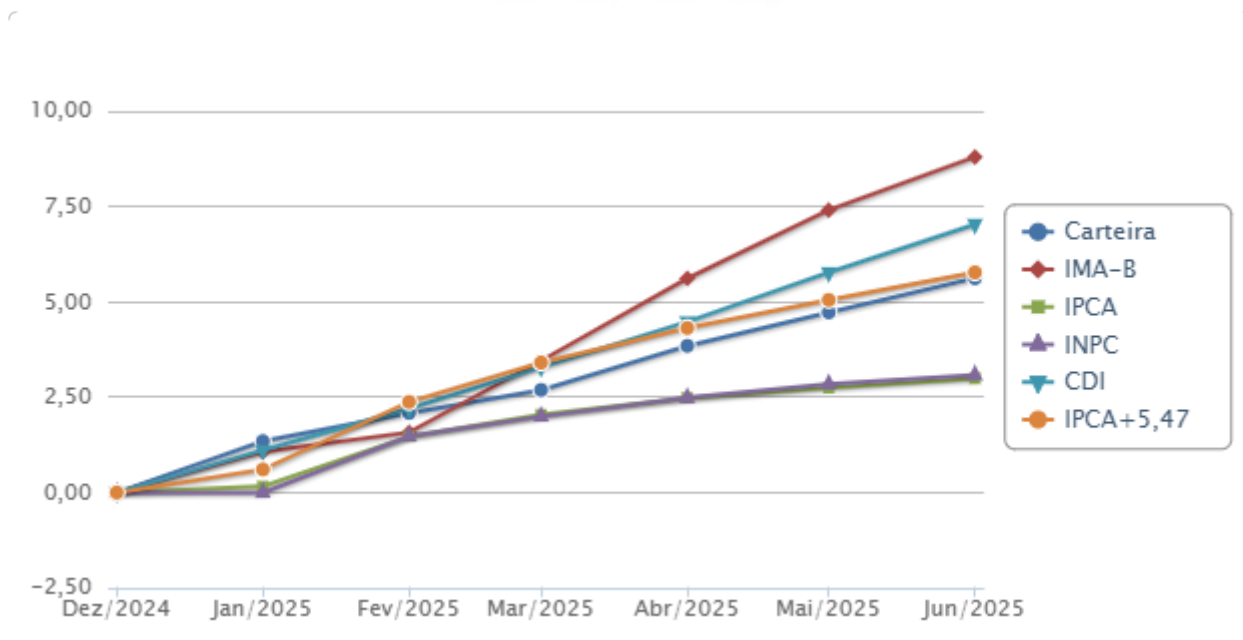
1.5 Projeções

As projeções para os próximos períodos indicam um cenário de transição e cautela. Nos Estados Unidos, a expectativa é de que o ciclo de cortes de juros pelo Fed tenha início em dezembro de 2025, condicionado ao comportamento da inflação na segunda metade do ano. No Brasil, o cenário base projeta o início dos cortes de juros da Selic entre o final do primeiro trimestre de 2026 e o início do segundo trimestre de 2026, embora o mercado possa antecipar essa precificação.

A economia brasileira deve desacelerar de forma mais perceptível no segundo semestre de 2025, com uma taxa de crescimento modesta, reflexo dos efeitos defasados da política monetária, do aumento da incerteza fiscal e da continuidade das dificuldades políticas. O risco de descumprimento das metas do novo arcabouço fiscal em 2026 é elevado, o que pode levar a uma nova revisão já no próximo ano.

No âmbito político, a partir do quarto trimestre de 2025, as definições partidárias, federações e candidaturas devem começar a tomar forma, ampliando o nível de incerteza no debate político. A tendência é que o ambiente se torne mais polarizado à medida que o quarto trimestre se aproxima, com impacto direto sobre a articulação legislativa e a condução das políticas econômicas. O segundo semestre de 2025 é, portanto, uma ponte entre a tentativa de estabilização macroeconômica e os desafios de 2026, ano de eleições presidenciais e governamentais.

1.6 Indicadores Financeiros



2. ANÁLISE DA CARTEIRA

2.1 Composição da Carteira

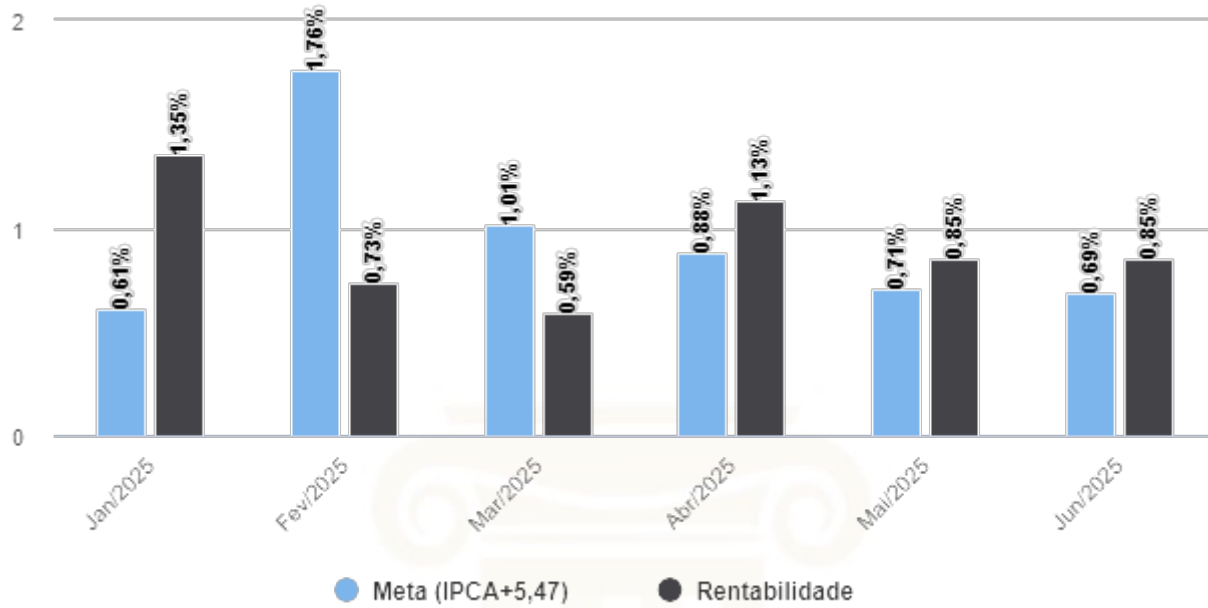
Fundo / Ativo Financeiro	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	Ganho ou Perda Fin.	Percent.
BB PREVID RF PERFIL FIC	R\$32.696,28	R\$33.056,92	R\$360,64	1,10%
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$5.676.612,12	R\$5.693.525,20	R\$16.913,08	0,30%
BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS FIC	R\$6.587.100,29	R\$6.354.043,58	R\$66.943,30	1,02%
BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FIC DE FI	R\$42.792,85	R\$29.370,95	R\$359,52	0,84%
BB SOLIDEZ AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA SIMPLES	R\$88.571,86	R\$303.017,29	R\$1.293,00	0,33%
BRA1 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	R\$302.235,75	R\$303.291,49	R\$1.055,74	0,35%
LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	R\$1.324.085,88	R\$1.332.327,66	R\$8.241,79	0,62%
LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS C	R\$536.659,71	R\$565.326,43	R\$28.666,72	5,34%
	R\$14.590.754,73	R\$14.613.959,53	R\$123.833,79	0,85%

* Caso o seu RPPS possua Títulos Públicos Federais, os valores apresentados estão de acordo com o extrato enviado pelo custodiante, isentando ao OnFinance o cálculo da rentabilidade apresentada por esses títulos.

2.2 Investimentos por Instituição

Instituição Financeira	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	% alocado na Inst. Fin.
Banco do Brasil S.A.	R\$12.427.773,40	R\$12.413.013,95	84,94%
RJI CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	R\$2.162.981,33	R\$2.200.945,58	15,06%
	R\$14.590.754,73	R\$14.613.959,53	

2.3 Carteira x Meta Atuarial



Período	Rentabilidade	Meta	GAP Mês	Rentab. Acumulada	Meta Acumulada	GAP Ano	% s/Meta
Janeiro/2025	1,35%	0,61%	0.74 p.p.	1,35%	0,61%	0.74 p.p.	222,31%
Fevereiro/2025	0,73%	1,76%	-1.03 p.p.	2,09%	2,38%	-0.29 p.p.	87,74%
Março/2025	0,59%	1,01%	-0.41 p.p.	2,69%	3,41%	-0.72 p.p.	78,98%
Abril/2025	1,13%	0,88%	0.25 p.p.	3,85%	4,31%	-0.47 p.p.	89,16%
Mai/2025	0,85%	0,71%	0.14 p.p.	4,72%	5,05%	-0.33 p.p.	93,54%
Junho/2025	0,85%	0,69%	0.17 p.p.	5,62%	5,77%	-0.15 p.p.	97,37%

Conclusão:

Neste período, o valor da Taxa de Meta Atuarial, referente ao IPCA+5,47, foi de 0,6859% e o Monte Alegre - PA atingiu o percentual de 0,8546% de rentabilidade em seus investimentos, conseguindo cumprir a meta (teórica) necessária.

O percentuais mensais de referência, apresentado pelo sistema, são para simples balizamento aos gestores para que entendam se estão ajustados com as metas à serem buscadas. O real número a ser comparado é o referente à TAXA ANUAL (*benchmark*), aí sim, único indicador imutável que poderá ser comparado com a rentabilidade alcançada da carteira.

2.4 Evolução do Patrimônio (Gráfico)

(K - Mil, M - Milhões)



2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)

Mes / Ano	Saldo	Dif. %
Junho/2025	R\$14.613.959,52	0,16%
Maio/2025	R\$14.590.754,74	-10,84%
Abril/2025	R\$16.364.592,18	17,14%
Março/2025	R\$13.969.650,00	-0,05%
Fevereiro/2025	R\$13.976.214,56	4,01%
Janeiro/2025	R\$13.437.524,51	0,46%
Dezembro/2024	R\$13.376.659,99	

2.6 Análise Comparativa de Ativos

Fundo / Ativo Financeiro	Mês	Ano	6 meses	12 meses	PL Médio 12 meses	Início	Tx Adm	Tx Perf	Aplic Min
BB PREVID RF PERFIL FIC	1,10%	6,47%	6,58%	12,19%	R\$20.664.733.013,05	28/04/2011	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	0,30%	5,25%	5,61%	8,86%	R\$4.797.650.123,74	28/04/2011	0,20%	0,00%	R\$10.000,00
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS FIC	1,03%	6,62%	6,76%	11,60%	R\$8.515.966.388,47	08/12/2009	0,10%	0,00%	R\$1,00
BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FIC DE FI	0,85%	4,80%	4,87%	8,95%	R\$158.775.274.337,19	21/09/2021	4,00%	0,00%	R\$0,01
BB SOLIDEZ AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA SIMPLES	0,86%	4,85%	4,92%	5,55%	R\$22.213.768.999,10	20/09/2021	4,00%	0,00%	R\$0,01
BRA1 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	0,35%	1,58%	1,66%	0,69%	R\$3.672.246,26	22/01/2010	1,30%	0,00%	R\$1.000.000,00
LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	0,62%	4,44%	4,53%	0,39%	R\$74.965.839,56	13/03/2012	1,50%	20,00%	R\$1.000.000,00

Fundo / Ativo Financeiro	Mês	Ano	6 meses	12 meses	PL Médio 12 meses	Início	Tx Adm	Tx Perf	Aplic Min
LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS C	5,34%	1,71%	1,26%	1,26%	R\$17.953.183,96	04/10/2010	160,00%	8,00%	R\$25.000,00

2.7 Investimentos/Alocação por Segmento

Segmento	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	% alocado no segmento	Rentabilidade
Renda Fixa	R\$14.590.754,73	R\$14.613.959,53	100,00%	0,85%
	R\$14.590.754,73	R\$14.613.959,53		

2.8 Informações sobre Análises de Risco

Mercado: O valor dos ativos que compõem a carteira de investimentos do fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com flutuações de preços e cotações de mercado, mudanças no cenário político e econômico, alterações nas taxas de juros e, ainda, com os resultados das empresas emitentes de valores mobiliários (ações, debêntures, notas promissórias, entre outros).

Volatilidade: Volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços dos ativos tendem a se afastar mais de seu valor médio.

Índice Sharpe: Quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco, nesse caso o CDI. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima do CDI devido a sua maior exposição ao risco. Logo, quanto maior o Sharpe, melhor o desempenho da Carteira, enquanto valores negativos, significam que o CDI superou a rentabilidade da Carteira no Período.

2.9 Composição por Indicador

Indicador	Saldo em 30/05/2025	Particip.	Saldo em 30/06/2025	Particip.
IMA-B	R\$1.626.321,63	11,15%	R\$1.635.619,15	11,19%
IPCA	R\$536.659,71	3,68%	R\$565.326,43	3,87%
IRF-M 1	R\$6.587.100,29	45,15%	R\$6.354.043,58	43,48%
CDI	R\$164.060,99	1,12%	R\$365.445,16	2,50%
IDKA IPCA 2A	R\$5.676.612,12	38,91%	R\$5.693.525,20	38,96%
	R\$14.590.754,74		R\$14.613.959,52	

3. ENQUADRAMENTO

3.1 Enquadramento na Resolução Atual

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	100,00%	82,64%	R\$12.076.939,73			
- BB PREVID RF IDKA 2 FI	20,00%	38,96%	R\$5.693.525,20	Sim	Sim	Sim
- BB PREVIDENCIARIO RF IRF-M 1 TP	20,00%	43,48%	R\$6.354.043,58	Sim	Sim	Sim
- BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUT.	20,00%	0,20%	R\$29.370,95	Sim	Sim	Sim
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	60,00%	13,49%	R\$1.971.693,37			
- BB PREVID RF PERFIL FIC	20,00%	0,23%	R\$33.056,92	Sim	Sim	Sim
- BB SOLIDEZ AUTOMÁTICO FIC RENDA	20,00%	2,07%	R\$303.017,29	Sim	Sim	Sim
- BRA 1 FIRF	20,00%	2,08%	R\$303.291,49	Sim	Sim	Sim
- LME REC IMA-B FI EM RENDA FIXA	20,00%	9,12%	R\$1.332.327,66	Sim	Sim	Sim
Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior	5,00%	3,87%	R\$565.326,43			
- LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FID	20,00%	3,87%	R\$565.326,43	Sim	Sim	Sim
			R\$14.613.959,53			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% títulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual

Artigo/Ativo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
Art. 7º, Inciso I, "a" - Títulos do Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	10,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	15,00%	100,00%	30,00%	82,64%
- BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	0,00%	0,00%	0,00%	38,96%
- BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS FIC	0,00%	0,00%	0,00%	43,48%

Artigo/Ativo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
- BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FIC DE FI	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%
Art. 7º, Inciso I, "c" - FI em índice com 100% em Tít. Pub	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso II - 5% de Operações Compromissadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	0,00%	60,00%	45,50%	13,49%
- BB PREVID RF PERFIL FIC	0,00%	0,00%	0,00%	0,23%
- BB SOLIDEZ AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA SIMPLES	0,00%	0,00%	0,00%	2,07%
- BRA1 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	0,00%	0,00%	0,00%	2,08%
- LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	0,00%	0,00%	0,00%	9,12%
Art. 7º, Inciso III, "b" - 60% ETF/FI em índice ref., neg BOLSA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso IV, 20% Ativos Fin. RF de emissão com obrigação ou Coobrigação	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior	0,00%	5,00%	4,00%	3,87%
- LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS C	0,00%	0,00%	0,00%	3,87%
Art. 7º, Inciso V, "b" - 5% FI em RF crédito privado	0,00%	5,00%	1,25%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "c" - 5% FI com 85% em debêntures	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso I - 30% FI Ações, ref. cond. aberto	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso II - 30% ETF/FI Ações em índices, ref.	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso I - Fundo de Renda Fixa - Dívida Externa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso II - FI - Sufixo Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso III - FI em Ações BDR Nível 1	0,00%	20,00%	1,50%	0,00%
Art. 10º, Inciso I - 10% FI Multimercado, Cond. Aberto	0,00%	10,00%	3,75%	0,00%
Art. 10º, Inciso II - 5% FI em Participações, Cond. Fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10º, Inciso III - 5% FI Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 11º, 5% FI Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 12º, Inciso I - 5% Empréstimo Consignado, sem nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 12º, Inciso II - 10% Empréstimo Consignado, com nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundo Desenquadrado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Artigo/Ativo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

4. MOVIMENTO DETALHADO

Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos



Banco do Brasil S.A.

BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS FIC
CNPJ: 11.328.882/0001-35

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 1619382.223718730000

Saldo financeiro: R\$ 6.587.100,29

Lançamentos:

% da carteira: 45,15

18/06/2025	Venda (conta: 029695-3)	73.262,157376	cotas	R\$300.000,00
------------	-------------------------	---------------	-------	---------------

Cotas em 30/06/2025: 1546120.066342604000

Saldo financeiro: R\$ 6.354.043,58

Rentabilidade no período: 1,02%

% da carteira: 43,48



Banco do Brasil S.A.

BB PREVID RF PERFIL FIC
CNPJ: 13.077.418/0001-49

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 9136.163496129000

Saldo financeiro: R\$ 32.696,28

Lançamentos:

% da carteira: 0,22

nenhum registro				
-----------------	--	--	--	--

Cotas em 30/06/2025: 9136.163496129000

Saldo financeiro: R\$ 33.056,92

Rentabilidade no período: 1,10%

% da carteira: 0,23



Banco do Brasil S.A.

BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO
CNPJ: 13.322.205/0001-35

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 1376015.629834000000

Saldo financeiro: R\$ 5.676.612,12

Lançamentos:

% da carteira: 38,91

nenhum registro				
-----------------	--	--	--	--

Cotas em 30/06/2025: 1376015.629834000000

Saldo financeiro: R\$ 5.693.525,20

Rentabilidade no período: 0,30%

% da carteira: 38,96



RJI CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

LME REC MULTISSETORIAL IPCA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS C

CNPJ: 12.440.789/0001-80

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior

Cotas em 30/05/2025: 1663212.994000000000

Saldo financeiro: R\$ 536.659,71

Lançamentos:

% da carteira: 3,68

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 1663212.994000000000

Saldo financeiro: R\$ 565.326,43

Rentabilidade no período: 5,34%

% da carteira: 3,87



RJI CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

CNPJ: 11.784.036/0001-20

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 1582396.748379460000

Saldo financeiro: R\$ 1.324.085,88

Lançamentos:

% da carteira: 9,07

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 1582396.748379460000

Saldo financeiro: R\$ 1.332.327,66

Rentabilidade no período: 0,62%

% da carteira: 9,12



RJI CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

BRA1 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

CNPJ: 10.883.252/0001-60

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 23051.772030000000

Saldo financeiro: R\$ 302.235,75

Lançamentos:

% da carteira: 2,07

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 23051.772030000000

Saldo financeiro: R\$ 303.291,49

Rentabilidade no período: 0,35%

% da carteira: 2,08



Banco do Brasil S.A.

BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FIC DE FI

CNPJ: 42.592.315/0001-15

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 31168.389009031810

Saldo financeiro: R\$ 42.792,85

Lançamentos:

% da carteira: 0,29

25/06/2025	Venda (conta: 40402-0)	2.415,510006	cotas	R\$3.340,30
------------	------------------------	--------------	-------	-------------

30/06/2025	Venda (conta: 40402-0)	7.540,740643	cotas	R\$10.441,13
------------	------------------------	--------------	-------	--------------

Cotas em 30/06/2025: 21212.138360471610
Rentabilidade no período: 0,84%

Saldo financeiro: R\$ 29.370,95
% da carteira: 0,20



Banco do Brasil S.A.
BB SOLIDEZ AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA SIMPLES
CNPJ: 42.592.357/0001-56

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 64239.727735268294

Saldo financeiro: R\$ 88.571,86

Lançamentos:

% da carteira: 0,61

30/05/2025	Venda (conta: 21182-6)	4.488,374835	cotas	R\$6.188,44
02/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	14.499,453579	cotas	R\$20.000,00
05/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	1.330,361485	cotas	R\$1.837,40
06/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	3.618,704024	cotas	R\$5.000,00
11/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	14.443,559601	cotas	R\$19.982,46
16/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	1.188,930941	cotas	R\$1.646,95
18/06/2025	Compra (conta: 21182-6)	218.621,319158	cotas	R\$303.098,89
20/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	2.291,268967	cotas	R\$3.177,97
25/06/2025	Venda (conta: 21182-6)	27.579,633095	cotas	R\$38.301,67

Cotas em 30/06/2025: 217909.135201512094
Rentabilidade no período: 0,33%

Saldo financeiro: R\$ 303.017,29
% da carteira: 2,07

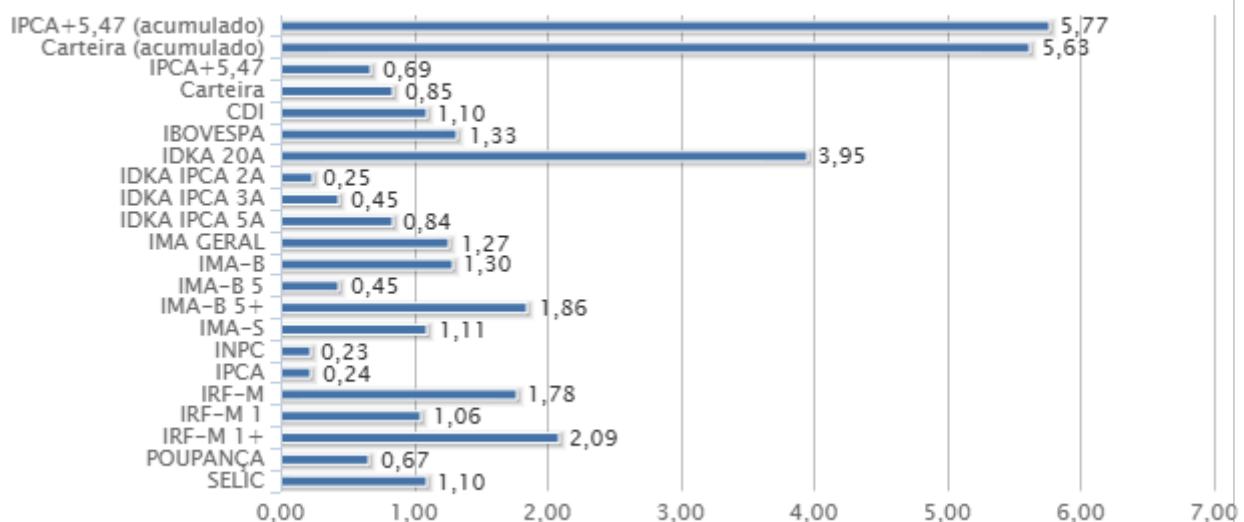
SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de cenário econômico para junho de 2025 destaca um panorama global de alívio temporário das tensões geopolíticas, mas com persistentes incertezas relacionadas à política monetária do Fed e ao debate fiscal nos EUA, que podem impactar a inflação e a atividade econômica no segundo semestre. No Brasil, a gestão fiscal enfrenta desafios significativos, com a rejeição da MP 1.303/25 pelo Congresso e a necessidade de contenção de gastos adicionais, o que agrava a desarticulação política e eleva o risco de descumprimento das metas fiscais em 2026. Apesar dessas turbulências, o mercado financeiro brasileiro demonstrou resiliência, atraindo capital estrangeiro e registrando máximas históricas na B3, impulsionado pelo diferencial de juros e o fim do ciclo de alta da Selic. A política monetária do Banco Central mantém um tom contracionista, com projeções de cortes de juros apenas para 2026. O segundo semestre de 2025 é projetado como um período de desaceleração econômica no Brasil e de intensificação da polarização política, exigindo cautela na tomada de decisões e na observação das sinalizações das autoridades.

O cálculo da TMA (representada pelo IPCA+5,47 a.a.) foi de 0,69%, porém o Monte Alegre - PA obteve uma rentabilidade agregada de sua carteira de 0,85%, conseguindo cumprir a meta necessária.

Rentabilidade dos indicadores e da Carteira



Resumo dos principais indicadores

Na situação financeira, o Monte Alegre - PA obteve rendimento de R\$ 123.833,77 neste mês, e, os resgates superaram as aplicações em um valor de R\$ -100.628,99. No ano a rentabilidade da carteira está acumulada em R\$ 790.366,15. O saldo em conta corrente foi de R\$ 3.747.988,98.

A travessia do segundo semestre de 2025 exigirá cautela e atenção redobrada à condução da política econômica e à sinalização das autoridades. O período é de transição, marcado por desafios fiscais e monetários tanto no cenário internacional quanto no doméstico. A forma como governos e bancos centrais enfrentarem as tensões fiscais e monetárias poderá definir não apenas o ritmo de crescimento em 2026, mas também a confiança dos agentes econômicos ao longo dos próximos trimestres. Em momentos de incerteza, abrem-se janelas de oportunidades para os investimentos, desde que a análise e a disciplina sejam mantidas.

Reiter Ferreira Peixoto

Reiter Ferreira Peixoto
Consultor de Valores Mobiliários - Credenciado pela CVM



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —